

A recente emissão de títulos de dívida portuguesa foi cantada, não só pelo governo, como demonstração do bom caminho do país. Não foi a operação uma prova da confiança “dos mercados” no rumo português de resposta à crise?

Fica, de facto, demonstrado o apreço do capital especulativo pelos efeitos da austeridade sobre a massa trabalhadora; mas apenas isso. Que melhor garantia pode haver para um especulador financeiro do que um governo que assegura o pagamento de juros agiotas à custa do empobrecimento dos assalariados? É isso que dá confiança ao capital volante que corre em busca de ganhos que não consegue obter em actividade produtiva.

A ávida procura de títulos da dívida portuguesa não é exclusiva. O mesmo sucede, veja-se bem, com a Espanha, a Itália, a Irlanda e mesmo a Grécia, os países com mais dificuldades da Europa. A massa enorme de capital improdutivo que vagueia pelo mundo (excesso de liquidez, dizem os entendidos) abocanha todas as possibilidades de remuneração, sobretudo quando os juros são muito mais altos do que, por exemplo, os da Alemanha, França ou Holanda. São precisamente capitais de países como estes que exploram, com largos benefícios, os efeitos da crise no sul da Europa. Basta-lhes um colaboracionista como Coelho e um colaborante como Seguro.

O reverso do gáudio do governo está no desespero que se vai apoderando dos assalariados, pensionista e desempregados, velhos e novos. Justamente porque o trabalho foi rebaixado para uma condição que não vivia há várias décadas é que o capital fala em recuperação económica. Essa “recuperação” não é, pois, fruto de um progresso, mas de um enorme retrocesso social: destruição de bens e forças produtivas, degradação geral de condições de vida dos trabalhadores. Verdadeiramente, é esta a medida do “êxito” do capital que sobrevive e da política de austeridade.



O caminho é a luta

A pesar da ofensiva do patronato e do medo instalado na sociedade portuguesa, os trabalhadores, os reformados e os jovens não têm deixado de lutar e de defender os seus interesses. Uma onda de protestos, de greves, de manifestações corre pelo país envolvendo sectores diversos.

Trabalho precário, desemprego, aumento de horários, queda dos salários e das pensões, cortes na Saúde, Educação e Segurança Social, traduzem-se no agravamento das desigualdades e numa crescente transferência de riqueza para o capital.

A “recuperação” de que o governo fala não é fruto de nenhum progresso, mas de um enorme retrocesso social. Só uma profunda alteração política pode inverter este rumo a favor de quem vive do seu trabalho.

O acordo PS/PSD/CDS para baixar o IRC *pág. 3*

Trabalhadores em luta / O ataque aos pensionistas *págs. 4-5*

Rússia trava avanço da UE para leste *pág. 6*

Futuro zero / Nada de novo sob o sol? *pág. 8*

25 de Novembro - o prémio

Em 25 de Novembro passado, uma “comissão cívica” promovida por empresários, banqueiros, militares e civis de Novembro prestou homenagem a Ramalho Eanes e decidiu criar um prémio em sua honra.

Da composição da dita comissão cívica, dos participantes, das diversas intervenções e dos objectivos enunciados fica claro que, para além de homenagear um dos seus, o que esta gente essencialmente pretende é branquear as malféitorias do regime imposto no 25 de Novembro (através do golpe coordenado por Eanes), procurando continuar vender-nos, embrulhado no referido prémio, um produto estragado numa embalagem bonita.

Da comissão promotora fazem parte, entre outros, Belmiro de Azevedo, Artur Santos Silva, Henrique Granadeiro, Jaime Gama, Mota Amaral, Manuel Alegre, Rui Rangel, Bagão Félix, António Capucho, Adriano Moreira, Pinto Monteiro, Leonor Beleza, Rui Rio, João Proença, António Saraiva, António Rendas, Sampaio da Nóvoa e Rui Veloso. No evento, aprazado para a data comemorativa do golpe reaccionário de 1975, participaram também Loureiro dos Santos, Garcia Leandro, Guilherme D’Oliveira Martins, João Salgueiro, Jardim Gonçalves, João Lobo Antunes, Manuela Ferreira Leite, Arnaldo de Matos, Alberto Martins e António Barreto, cabendo a este último o anúncio do prémio Responsabilidade e Cidadania António Ramalho Eanes, no valor de 50 mil euros. E entre os



patrocinadores do evento estão: a Sonae, a Mota Engil e a Silampos.

Não alimentar ilusões

Sendo de considerar todas as iniciativas que levem ao urgente derrube do actual governo, é bom salientar que algumas dessas iniciativas se cruzam, nomeadamente a realizada na Aula Magna, pela importância da participação de alguns dos seus elementos, com as responsabilidades desses mesmos elementos no já referido golpe do 25 de Novembro de 1975.

Nunca é demais lembrar que a intensa luta de classes verificada em Portugal no pós 25 de Abril de 1974 foi travada com o golpe direita coordenado por Ramalho Eanes e sustentado por diversas personalidades e partidos políticos burgueses, com o objectivo de ficarem acautelados os interesses do capital (por oposição aos direitos e conquistas dos trabalhadores conseguidas nas lutas, particularmente depois daquele acto libertador).

É, igualmente, de destacar que foi o regime resultante daquele golpe reaccionário que gerou a

situação opressiva em que hoje vivemos, nesta democracia de Novembro. Apesar de – diga-se – nem todos os mentores e apoiantes do regime imposto no 25 de Novembro de 1975 pretenderem ir tão longe nos ataques às conquistas dos trabalhadores e ao cerceamento das liberdades a que hoje se chegou.

Neste contexto, é fundamental alertar as classes trabalhadoras e o povo no sentido de não se deixarem iludir (repetindo erros graves) pelos actuais cantos de sereia de alguns dos responsáveis do 25 de Novembro: personalidades e partidos, que certamente não estão arrependidos da sua participação no golpe reaccionário, mas que pretendem aproveitar o descontentamento gerado pelas graves condições de opressão e empobrecimento que hoje atingem a maioria da população, visando prosseguir na mesma os objectivos daquele golpe reaccionário, embora de modo “mais suave”, isto é, pretendem a continuação da exploração e opressão capitalistas, mas com recurso a métodos mais subtis.

Pedro Goulart

Esperança

A diminuição do desemprego tem um mistério: não corresponde a um aumento dos postos de trabalho. Explicação: os desempregados emigram ou passam à condição de inactivos. Apesar de o desemprego oficial ter descido de 17% para 15,5%, existem menos 650 mil postos de trabalho do que em 2008 e há mais 10 mil inscritos por mês nos centros de emprego do que em 2008. A isto chamou o governo “sinais de confiança e de esperança no futuro”.

Escolhas

A propósito dos recentes e justos protestos dos professores contra as avaliações do ministro Crato, afirmava o ministro da Presidência Luís Marques Guedes: “Não há nenhum pai deste país que possa ficar sossegado se achar que alguma daquelas pessoas, com as cenas que assistimos ontem na televisão, possa ser professor de um filho seu”. Mas o mesmo ministro, tão sensibilizado com as cenas que tinha visto na manifestação dos professores, declarava, a propósito do “sucesso” da privatização dos CTT que o banco norte-americano Goldman Sachs, que adquiriu 5% do capital da empresa, “é uma entidade internacional financeira idónea!” Escolhas de classe.

Vitória

Na manhã seguinte à vitória da selecção nacional de futebol sobre a Suécia, uma rádio tentou saber o que mudara numa fábrica da multinacional sueca Ikea, em Paços de Ferreira. Descobriu que, contra o habitual, a bandeira portuguesa foi a primeira a ser hasteada e só depois a da empresa. Talvez fosse a desforra “nacionalista” pela via que com que os civilizados espectadores suecos acolheram na véspera o hino português. Mas, talvez sem querer, a rádio descobriu melhor. Um trabalhador da empresa respondeu ao jornalista de serviço nestes termos: “O que é que ganhámos? Ganhámos uma carrada de trabalho. Lá por a selecção ter vencido não vamos ter folga”.

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart **Colaboradores** António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo **Contactos** Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com
www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível
Como fazer uma assinatura: **No site** www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência. **Por correio:** envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

Uma imagem antecipada da política do PS

O PS justificou o acordo feito com o governo para baixar o IRC com o propósito de “criar emprego” e garantiu que, lá por isso, não vê condições para outros entendimentos com o PSD e o CDS. O que fica à vista, porém, é o facto de o PS ter facultado um importante apoio político ao governo, possibilitando um desagravamento fiscal que beneficia exclusivamente o capital, sem quaisquer garantias de que os assalariados venham a beneficiar do mesmo tipo de tratamento.

Efectivamente, o que é certo como resultado deste acordo, para já, é uma baixa de impostos para sectores pequenos e médios do capital; mas o propósito da proposta é uma redução futura do IRC beneficiando o capital em geral. Significa isto que, de imediato, aumenta o peso proporcional dos impostos sobre o trabalho no conjunto das receitas fiscais. Uma vez mais, portanto, a posição social dos trabalhadores na repartição do produto foi prejudicada.

A defesa que o PS até agora tinha feito de uma redução simultânea dos impostos sobre o capital (IRC), sobre o trabalho (IRS) e sobre o consumo (IVA) caiu por terra, apesar das frouxas garantias de que quis revestir o acordo para que isso venha a suceder no futuro. Não é crível,

de facto, que em tempos próximos tais reduções venham a acontecer, uma vez que a persistência da crise económica limita as receitas fiscais. Pelo contrário, a tendência será para agravar a cobrança sobre o trabalho para que o bolo fiscal não baixe. O resultado é de novo uma transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

Também o argumento de que se procura criar emprego com a baixa do IRC é falacioso. A medida pode, quando muito, evitar que pontualmente se percam mais postos de trabalho porque coloca mais lucro nas mãos dos patrões. Mas não será isso que vai desencadear a criação de mais empregos — por uma razão tornada evidente nos últimos anos: as empresas que conseguem sobreviver à crise



fazem-no precisamente à custa da redução da mão-de-obra e de melhoramentos técnicos. Ora, se as empresas obtiverem mais margem de lucro com a redução do IRC é nesse sentido que planearão o seu futuro, não no sentido de se comprometerem com mais salários a pagar.

Ou seja, a convergência do PS com o PSD e o CDS permitiu dar foros de interesse suprapartidário, “nacional”, à mesmissima política de empobrecimento do trabalho. No plano político, o acordo significa pois um efectivo apoio (mais um) ao governo e, por isso mesmo, uma sanção da sua

política. Já em Julho passado, quando o governo não tinha pernas para andar, António José Seguro, sensível à voz dos banqueiros e da troika, acedeu a uns “encontros” com Passos Coelho que tiveram como único resultado prático a reanimação da coligação sob a protecção do PR e o conseqüente abandono da reclamação de eleições antecipadas. Agora, voltou a falar mais alto a voz dos patrões. Eis assim uma demonstração antecipada da política que o PS se propõe seguir, não obstante os gorjeios dos seus dirigentes sobre a defesa dos “portugueses”.

Manuel Raposo

A matilha do patronato e o TC

Antes e depois da recente decisão do Tribunal Constitucional (TC) sobre a chamada lei da convergência das pensões do sector público e do privado, ergueu-se nos média do regime um clamor da matilha do capital a favor desta lei. Primeiro, chantageando com a catástrofe que adviria, se chumbado, depois tentando desdramatizar e denegrir o Tribunal, muitas vezes argumentando, demagogicamente, que este considerava inconstitucionais certas leis que minavam a confiança dos cidadãos, mas não considerava inconstitucionais os aumentos de impostos que afectam os contribuintes. Para muita desta gente só o fim deste Tribunal e a revisão da Constituição - que foi boa enquanto foi servindo adequadamente os interesses da burguesia - resolveriam o problema, deixando mais livres as mãos de quem nos explora, assim como dos seus governos.

O clamor que se tem erguido a propósito deste caso (e de outros semelhantes) contou não apenas com a participação dos beneficiários directos da exploração e dos seus executivos, mas ainda com a intervenção da matilha do capital com lugar cativo nos média. Desde membros do governo que faziam passar para a comunicação social a ideia ameaçadora de que um eventual chumbo da lei da convergência das pensões poderia traduzir-se rapidamente num segundo resgate, até às declarações do presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que afirmava em conferência de imprensa, em Bruxelas, ao lado de Passos Coelho, e a este propósito: “isso poderá sem dúvida

colocar em causa o regresso de Portugal aos mercados na data prevista”. Aliás, no 2.º Fórum Empresarial do Algarve, e citado pelo “Jornal de Notícias”, Durão Barroso “quando questionado sobre os chumbos do Tribunal Constitucional”, respondia que o cumprimento do “memorando de entendimento” assinado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, não era apenas uma obrigação do Governo – era, também, uma obrigação “de todos os órgãos de soberania”, “o que inclui os tribunais”. Mas, depois do chumbo do TC, esta camaleónica figura da Comissão Europeia veio desdramatizar, declarando convictamente: “Portugal vai com certeza encontrar uma solução”.

Mas, a respeito das numerosas chantagens e afirmações (muitas vezes repugnantes) na comunicação social portuguesa (e nalguma internacional) sobre o que se esperava e espera do TC, bem como sobre vários outros aspectos da vida económica, política e social do País, vale a pena destacar alguns dos seus autores, pela frequência e clareza com que bombardeiam os portugueses, transmitindo-lhes as suas “doutas opiniões”, inculcando-lhes o seu veneno: Soares dos Santos, Belmiro de Azevedo, Fernando Ulrich, Eduardo Catroga, António Mexia, Daniel Bessa, Vítor Bento, Medina Carreira, César das Neves, Cantiga Esteves, José Gomes Ferreira, Camilo Lourenço, Henrique Monteiro e Helena Matos.

Carlos Completo

Trabalhadores em luta

Breve recensão

Pese embora a poderosa ofensiva do patronato e de várias instituições nacionais — incluindo o governo laicaio de Passos Coelho — e internacionais do capitalismo (CE, FMI, BCE, OCDE), apesar do desemprego e do medo instalados na sociedade portuguesa, os trabalhadores, os reformados e os jovens não têm deixado de lutar e de manifestar-se dispostos à continuação do combate. Destacamos alguns dos numerosos protestos realizados nos últimos tempos, de Norte a Sul do País, incluindo concentrações, manifestações e greves.

Metro de Lisboa

Na continuação das lutas que têm vindo a desenvolver, os trabalhadores do Metro param parcialmente uma vez por semana a partir de Janeiro. Desde Outubro que os trabalhadores do Metro têm vindo a contestar as medidas inscritas no Orçamento do Estado para 2014, como é o caso dos cortes salariais que vão ser agravados no próximo ano, passando a afectar as remunerações a partir dos 600 euros mensais. Também se manifestam contra o novo regime jurídico das empresas públicas e a suspensão do pagamento dos complementos de pensão.

Carris, TST e CP

Os trabalhadores da Carris estiveram em greve parcial nos dias 24, 25 e 31 de Dezembro e 1 de Janeiro, num protesto convocado pela Fectrans contra o Orçamento de Estado para 2104 e os cortes nos salários. Em declarações à Lusa, Manuel Leal, da Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (Fectrans) afirmou que as paragens na Carris surgem face à “continuação daquilo que é a luta dos trabalhadores contra a aplicação dos novos roubos definidos quer no Orçamento de Estado, quer no decreto-lei 133/2013 (sector público empresarial)”. Também, no mesmo período, os trabalhadores dos STCP, no Porto, estão em luta.

Os motoristas dos Transportes Sul do Tejo (TST) estão em greve nos mesmos dias, segundo o Sindical Nacional dos Motoristas. Aliás, o protesto estende-se a todo o sector dos transportes. Mantêm-se os pré-avisos de greve ao trabalho extraordinário na EMEF, CP Carga e CP. Os trabalhadores da Rodoviária do Tejo vão parar a 7 de Janeiro. Na Groundforce, igualmente, foram convocadas greves de 24 horas para os dias 24 e 31 de Dezembro.

Casa da Moeda

Os trabalhadores da Imprensa Nacional - Casa da Moeda (INCM) estiveram em luta no dia 14 de Novembro, concentrados à porta da empresa, em Lisboa. Protestavam contra uma decisão da Administração, acusando-a de procurar roubar-lhes direitos no campo social, nomeadamente na saúde, e em relação aos filhos. Referiam-se a uma decisão arbitrária da

Administração, tomada sem que os trabalhadores tivessem sido consultados. A Comissão de Trabalhadores considerou nula esta deliberação da Administração que alterava o regulamento dos Serviços Sociais e, caso esta não retrocedesse nas suas intenções, afirmava-se disposta a prosseguir a luta. Apesar da Administração ter aceitado negociar com os trabalhadores, as reuniões realizadas com esse objectivo não produziram resultados positivos. Os trabalhadores decidiram-se então por uma greve no dia 19 de Dezembro. Altamiro Dias, da CT da INCM destacou, na altura, a elevada mobilização dos trabalhadores e o facto de o plenário dos trabalhadores, nos dias 11 e 12 de Dezembro, em Lisboa, Porto e Gondomar, ter decidido a greve com uma participação que desde há 30 anos não se verificava em plenários realizados na empresa.

Professores e Enfermeiros em luta

De destacar, pela combatividade e persistência, as lutas desenvolvidas por estes dois grupos profissionais contra os enormes cortes na Educação e na Saúde, com relevo para o protesto contra as políticas sectárias de Nuno Crato. As medidas levadas a cabo pelo governo de Passos Coelho já estão a provocar sérios danos na Saúde e na Educação, quer em relação aos utentes quer em relação aos profissionais de dois sectores tão essenciais às classes trabalhadoras e ao País.

Trabalhadores dos ENVC em Lisboa

Na continuação dos seus protestos, centenas de trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo manifestaram-se em Lisboa a fim de exigir o fim da subconcessão da empresa, com o concomitante despedimento de centenas de trabalhadores, afirmando que está a ser cometido um crime social contra o seu distrito. Aliás, foi pedido um inquérito parlamentar em relação a esta subconcessão à Martifer, por existirem indícios de negócios sujos (até de fontes insuspeitas) no decurso mais recente deste processo. Também o presidente da Câmara de Viana do Castelo anunciou que vai pedir à Procuradoria-Geral da República uma nova investigação sobre os estaleiros navais, desta vez às “acções de transparência duvidosa” da Empordef e da administração de empresa.



Trabalhadores de call-centers da EDP protestaram junto à empresa

Os trabalhadores das empresas de call-centers que prestam serviços à EDP concentraram-se frente ao edifício da empresa, em Lisboa, em protesto contra a sua situação de precariedade e baixos salários. O SIESI e o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro-Norte (SITE Centro-Norte), exigem o fim da política de entrega de actividades próprias e imprescindíveis da EDP a empreiteiros, com o único fim de poupar nos salários e tornar o trabalho precário. Os sindicatos consideram que este pessoal deve ser integrado nos quadros da empresa eléctrica.

Greve na recolha de lixo

Foi convocada em Lisboa uma acção de protesto que visa contestar, entre outras coisas, a passagem de competências, meios humanos e materiais para as juntas de freguesia, pois a Câmara de Lisboa pretende transferir 1800 trabalhadores para as 24 juntas de freguesia da cidade. Trata-se aqui de descentralizar para beneficiar as populações ou de precarizar ainda mais a situação destes trabalhadores envolvidos num trabalho bastante penoso, para depois despedir parte deles? Por aquilo que



O ataque aos pensionistas

Prossegue a transferência de riqueza para o patronato

A pretexto de “tapar o buraco” deixado no OE 2014 pelo chumbo do Tribunal Constitucional ao chamado diploma da convergência de pensões, o Governo prepara-se para alargar a base de incidência (a partir de 1000 euros?) de um segundo imposto sobre os pensionistas — a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) — que já foi aplicada em 2013 a todas as pensões superiores a 1.350 euros. E, com o mesmo pretexto, também vai aumentar (para 3%?) os descontos para a ADSE (subsistema de saúde da Função Pública), que actualmente são de 2,5%.

actualmente a CES significa um corte entre 3,5% e 10%. E, sobre a ADSE, Marques Guedes justificou que o objectivo do Governo é “antecipar o autofinanciamento” deste subsistema de saúde, que inicialmente estava previsto no memorando de entendimento para 2016.

Conhecendo os objectivos e a prática da corja governamental não me restam dúvidas: não se trata tanto de uma obsessão contra os pensionistas, como afirmam alguns comentadores, mas antes de atacar quem menos se pode defender, esbulhando-os de parte significativa dos seus rendimentos. A “coragem política” do governo dá, sobretudo, para bater nos mais fracos.

Mas ao corte das pensões juntam-se no OE 2014, e na continuação da política seguida pelo governo, toda uma série de ataques às classes trabalhadoras e aos pobres, contribuindo para o empobrecimento, a miséria e o sofrimento da maioria dos portugueses: cortes nos salários, nos subsídios de desemprego e doença, nas despesas com RSI, no abono de família, no complemento solidário para idosos, na Saúde, na Educação, etc.

Com a crescente precarização do trabalho, a elevada taxa de desemprego existente e o aumento do horário de trabalho, vem o abaixamento dos salários, que, a par com a diminuição do valor das pensões, dos cortes na Saúde, na Educação e na Segurança Social, se traduzem no agravamento das desigualdades económicas e sociais e no engrossamento das transferências de riqueza para o patronato, enfim, numa maior acumulação capitalista.

Pedro Goulart

Para além de execradas pelos mais directamente atingidos e da forte oposição de alguns partidos da esquerda parlamentar, tais medidas foram objecto de crítica mesmo de vários comentadores de direita, assim como de alguns constitucionalistas: “É incompreensível que o Governo insista em fazer uma correcção orçamental sempre sacrificando os mesmos”, salientou ao Expresso a constitucionalista Isabel Moreira, comentando o anunciado alargamento da base de incidência da CES dos pensionistas. Também o constitucionalista Jorge Miranda afirma: “Trata-se, no fundo, de um imposto sobre os mais fracos”.

As medidas anunciadas por Marques Guedes após uma reunião do Conselho de Ministros, visam, segundo o ministro da Presidência, “recalibrar” a CES e alargar a sua base de incidência. O ministro recordou, ainda, que



conhecemos da prática dos governantes burgueses é de temer o pior.

A acção de protesto foi convocada para os dias 24 de Dezembro a 5 de Janeiro por dois sindicatos ligados à CGTP, o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML). Os funcionários municipais estiveram em greve ao trabalho normal, às horas extraordinárias e ao trabalho suplementar, afectando a recolha de lixo entre o Natal e o Ano Novo.

Alterar o rumo

Apesar da dedicação e dos sacrifícios demonstrados pelos trabalhadores e por diversos sectores do povo, é preciso aprofundar, generalizar e unificar as lutas. As diversas legislações e medidas ignóbeis dos governos burgueses caminham de tal modo, a transferência de riqueza dos trabalhadores para o capital têm sido de tal ordem, a destruição de alguns instrumentos económicos e sociais que ainda defendiam os trabalhadores tem atingido tais proporções, que é urgente compreender e agir no sentido de que só uma profunda alteração do poder político, assim como das relações de produção, conseguirão alterar positivamente a grave situação em que nos encontramos.

Pedro Goulart

Ucrânia: Rússia trava avanço da UE para leste

Em finais de Novembro, a Ucrânia recusou assinar um acordo de associação com a União Europeia, que vinha a ser preparado praticamente em segredo. O volte-face e a promessa da Rússia de apoiar a debilitada economia ucraniana desencadearam uma onda de acusações dos dirigentes europeus à Rússia e deu lugar a protestos de rua em Kiev, a capital da Ucrânia. Quando, em meados de Dezembro, dando curso às promessas, o presidente russo Putin acertou com o presidente ucraniano Yanukovich uma baixa de 30% nos preços do gás russo e um apoio financeiro de 11 mil milhões de euros, o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros considerou “revoltante” o “aproveitamento” feito pela Rússia das condições económicas da Ucrânia. Resta saber qual o “aproveitamento” que a UE se preparava para fazer por seu lado.

O quadro em que tudo se desenrolou é instrutivo. A UE, como se sabe, procura colocar na sua órbita os países do leste europeu. Além dos que já a integram, propõe-se estabelecer formas de associação com outros estados, nomeadamente acordos de livre comércio. É esse o propósito da Parceria Oriental, para a qual procura cativar países que pertenceram à ex-URSS. Era na cimeira dessa Parceria a realizar Vílnius, Lituânia (em 28-29 de Novembro), que estava prevista a falhada assinatura do acordo com a Ucrânia.

Um cenário de concorrência

A UE visa com isto alargar os seus mercados a troco de uma suposta igualdade de oportunidades para todas as partes. Sabe-se porém que a capacidade económica muito superior dos principais estados da UE esmaga a concorrência e acaba por arruinar a produção dos associados mais fracos. Para lá dos negócios, este alargamento a leste (visando a Geórgia, a Moldávia, a Arménia, a Bielorrússia, o Azerbaijão e a Ucrânia) tem o propósito de retirar aliados e mercados à economia russa, ao mesmo tempo que cria condições para levar a presença da NATO até às fronteiras do gigante euro-asiático.

Por seu lado, a Rússia procura estabelecer, no âmbito da

Comunidade de Estados Independentes (formada pela repúblicas ex-soviéticas), um mercado livre — incluindo, nomeadamente, a Bielorrússia, o Cazaquistão, o Tadjiquistão, a Ucrânia e a Arménia. Como é evidente, esta ambição colide com os planos da UE, e significa da parte da Rússia a tentativa de sacudir o cerco, tanto económico como militar, que lhe é movido por europeus e norte-americanos.

A disputa não é de agora e não se tem saldado por grandes ganhos para a UE. Com efeito, só a Geórgia e a Moldávia aceitaram os convites para integrarem a Parceria Oriental, o que põe em causa os objetivos europeus. Na verdade, a Ucrânia era a aposta maior da UE — pelo PIB muito superior ao dos países vizinhos, pela extensão territorial e pela sua costa no Mar Negro, onde está estacionada a frota russa do Mediterrâneo.

O episódio do acordo com a Ucrânia, portanto, faz parte de uma disputa séria entre potências que se digladiam em áreas geográficas de fronteira, tanto por ganhos económicos como por vantagens estratégicas.

Favas contadas, pensava a UE

Dito isto, as condições concretas em que tudo se desenrolou também são instrutivas.



As dificuldades económicas da Ucrânia são grandes e correspondem a um filme conhecido: recessão, risco de insolvência, agências de *rating* a degradarem a classificação do país, crédito concedido pelo FMI em 2010 ainda por pagar.

Isto tornou a Ucrânia vulnerável e uma presa fácil — pelo menos assim o julgavam os dirigentes europeus e norte-americanos. A UE propôs uma ajuda (que Yanukovich considerou humilhante) de 610 milhões de euros para “modernização” do país, quando as necessidades imediatas serão da ordem dos 20 mil milhões. Mais: o acordo com a UE implicava a aceitação de novas condições impostas pelo FMI, nomeadamente a subida do preço do gás para os consumidores particulares, o congelamento dos salários, das pensões, dos benefícios sociais e das bolsas de estudo e a desvalorização da moeda ucraniana. Isto é, medidas de esmagamento das condições de vida da população e de limitação da soberania da Ucrânia.

E mais um pormenor ainda: como condição do acordo, a UE exigia a libertação de Yulia

Tymoshenko, ex-primeira-ministra que cumpre pena de prisão por abuso de poder. Neste particular, não escapa a ninguém a ambição da UE de assegurar um interlocutor interno para futuras disputas políticas.

A aposta russa

Sabendo da importância de manter a Ucrânia do seu lado, a Rússia apostou forte. Sem impor nenhuma condição daquele tipo, decidiu comprar 11 mil milhões de euros em obrigações do Estado ucraniano, reduziu em um terço o preço do gás que fornece à Ucrânia (equivalente a uma poupança anual de 2 a 3 mil milhões de euros), perdoou parte da dívida e acertou a eliminação de taxas de importação sobre alguns bens. Logo que a primeira fatia do apoio foi transferida para o Banco Nacional da Ucrânia, a cotação do país subiu nos mercados internacionais.

No imediato, portanto, a Rússia ganhou a parada e pode dizer-se que os ucranianos evitaram os males maiores da submissão às condições da UE e do FMI, que bem conhecemos aqui pelo sul da Europa. Talvez por isso, os

protestos que se levantaram em Kiev em final de Novembro começaram a esmorecer depois do acordo com a Rússia. Como comentava um político da oposição ucraniana, “é difícil argumentar contra a baixa dos preços do gás”.

Em face do desenlace, não admira que o ministro alemão dos Estrangeiros se sentisse “revoltado”, que Angela Merkel se limitasse a “lamentar” a decisão

da Ucrânia e a informar que a “proposta (da UE) continua sobre a mesa” e que os negociadores da UE tivessem para já de fechar o dossiê Ucrânia e esperar melhores dias para a Parceria Oriental.

No caso, só têm de se queixar de si próprios por quererem comprar galinha gorda por pouco dinheiro — não contando nem com o interesse da Rússia nem com a margem de escolha da Ucrânia.

Manuel Raposo

Maus apoios

Os protestos populares em Kiev revelam tanto o receio de que a Ucrânia volte à órbita “soviética”, como a ilusão ingénua acerca do Eldorado da UE. Mas as figuras de proa que apareceram a estimular os protestos, essas evidenciam apenas a influência directa das ambições da UE e dos EUA no conflito.

Uma delas, Yulia Tymoshenko, cumpre uma pena de prisão de 7 anos por abuso de poder, justamente por ter firmado com a Rússia, quando era primeira-ministra, um contrato de abastecimento de gás ruinoso para a Ucrânia. É ela que clama agora contra o presente acordo com a Rússia em nome da “independência” da Ucrânia...

Outra, foi o enérgico senador norte-americano John McCain, que se deslocou a Kiev para espreitar o “sentido patriótico” dos ucranianos... e ameaçar com sanções dos EUA se o acordo com a UE não fosse por diante.

Outra ainda, foi o ex-presidente da Geórgia, Saakashvili, um simples agente norte-americano que submeteu o país à NATO e desencadeou em 2008 uma guerra com a república da Ossétia.

Uns degraus abaixo, seria injusto esquecer o deputado do PSD Duarte Marques que foi a Kiev exortar os manifestantes (já em debandada) e levar, em nome da juventude do Partido Popular Europeu, mil bandeirinhas da UE para animar as hostes. **MR**

A guerra civil no Sudão do Sul

A guerra civil que estalou no Sudão do Sul no final de 2013 causou milhares de mortos e dezenas de milhares de refugiados. A ONU enviou mais 6 mil militares para o país (num total de 12.500) e os EUA desembarcaram centenas de tropas suas a pretexto de proteger os cidadãos norte-americanos. Estes factos põem a nu as condições em que a independência do país se deu em 2011, separando-se do Sudão.

Depois de uns 20 anos de guerra civil e 2 milhões de mortos, as províncias do sul do Sudão constituíram-se num novo estado. A guerra foi fortemente apoiada pelos EUA, com grandes campanhas mediáticas — em que participaram tanto actores de Hollywood como pregadores evangelistas — a fomentarem na opinião pública o repetido argumento das diferenças étnicas e religiosas. O presidente do Sudão foi dado como criminoso de guerra junto do tribunal de Haia. O Sudão sofreu os efeitos das ambições imperialistas sobre os seus recursos naturais. O motivo do interesse dos EUA pelo Sudão do Sul está nas suas jazidas de petróleo (95% da economia do país), que antes da independência eram detidas sobretudo por companhias chinesas, asiáticas e do Golfo, uma vez que o regime do Sudão recusava concessões às companhias norte-americanas.

Agora, o novo estado entrou em convulsão por divergências internas entre os líderes apoiados pelo imperialismo, numa demonstração da fragilidade do regime imposto pelos interesses externos, da base sectária em que o poder assenta e dos inevitáveis conflitos entre cliques dominantes que tais condições fomentam .

Manuel Raposo



Nelson Mandela, um combatente exemplar

A longa, firme e persistente luta de Mandela contra o Apartheid e a compreensão de que a liberdade do seu povo não podia ser conseguida apenas por meios pacíficos, fê-lo corajosamente adoptar a luta armada como meio necessário à libertação então procurada. E fê-lo, intimamente ligado às lutas do seu povo, ao Congresso Nacional Africano (ANC) e à sua ala militar, A Lança da Nação. Isto, ao contrário do que os hipócritas burgueses pretendem fazer crer, procurando hoje apresentar Mandela como pacifista e integrar os seus valores revolucionários e éticos no sistema capitalista dominante.

De recordar que, em 1987, na votação de uma moção da Assembleia Geral das Nações Unidas em solidariedade com a luta pelo fim do regime do Apartheid na África do Sul, Portugal (onde Cavaco Silva era primeiro ministro) votava contra, ao lado dos Estados Unidos, de Ronald Reagan e da Inglaterra, de Margaret Thatcher. Os únicos três votos contra, face a 129 votos a favor.

Apesar dos longos anos de cativeiro e tortura, o homem que parte da burguesia ocidental classificava como terrorista (esteve na lista de terroristas dos Estados Unidos até 2008), demonstrou uma sabedoria revolucionária e uma grande humanidade na resolução de difíceis problemas políticos existentes na situação concreta do seu País. Foram essa sabedoria e essa humanidade, aliadas à luta de massas do povo sul-africano e ao apoio de grande parte da opinião pública progressista mundial, que conseguiram derrotar o odiado regime do Apartheid.

Mandela foi libertado e posteriormente eleito, em 1994, como primeiro presidente de uma África do Sul multirracial. Com Mandela, a África do Sul deu um passo de gigante no caminho da liberdade, mas permanecem hoje profundas as desigualdades e injustiças no seu País, problemas que a luta de classes terá de resolver. Foi vencida uma etapa, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Foi derrubado o regime racista, mas a burguesia branca e negra continuam a deter o poder económico e político. Passados estes anos, os governos liderados pelo ANC não foram capazes de superar a situação de exploração da maioria do povo, particularmente do povo negro. Mas surge a esperança de que os trabalhadores e o povo se ergam contra o actual estado das coisas. As lutas dos mineiros, que atingiram um elevado nível em 2012, mostram que já se verificou um forte avanço no sentido do necessário enfrentamento entre o proletariado e a burguesia (branca e negra) da África do Sul.

Pedro Goulart

Nada de novo sob o sol?

O ano de 2014 inicia-se como cópia ordinária de filmes que já vimos em versões mais frescas: o Governo a brandir estatísticas de recuperação económica e a prometer uma luz no fundo do túnel; o PS a juntar-se à festa com a ideia peregrina de que o bodo fiscal aos patrões (baixa do IRC) contribui para reanimar a produção; e o presidente com a ária estafada do casamenteiro — a única que sabe de cor e salteada —, a preconizar que o “arco da governação” esqueça as tricas e se entenda para roubar o povo. Única certeza palpável: esse povo nada sente das auspiciosas estatísticas, e continua a notar que uma ou várias mãos lhe remexem avidamente nos bolsos.

O reverso desta inevitável sensação de *déjà vu* é o esforço febril de vários actores políticos para anunciarem grandes novidades. Temos, assim, o “Partido Livre” a quem só se conhece o nome de inspiração neoliberal e a prioridade de fazer reeleger Rui Tavares para o Parlamento Europeu. E temos o movimento 3D, promovido por Daniel Oliveira, também a admitir algum tipo de participação nas eleições europeias. Comum a ambos é o discurso unitarista, de quem pretende desgarrar o PS do tal “arco da governação” e atraí-lo a uma alternativa governamental de esquerda.

Como se o BE não tivesse já tentado esse trabalho de Sísifo, e antes dele o PCP com a fórmula hoje esquecida da “maioria de esquerda”, e como se não tivessem ambos falhado nesse esforço inglório! Se as supostas inovações de Rui Tavares e Daniel Oliveira vierem a fazer algum caminho, fá-lo-ão apenas graças à amnésia política de um país sedento de inovações verdadeiras e sempre disposto a comprar vinho velho em odres novos. Em todo o caso, as duas supostas inovações parecem confirmar que o ano de 2014 se inicia sem nada de novo sob o sol.

E ambas as “inovações” terão ainda de provar a sua capacidade de repetir a História, nem que seja como comédia — e ao cumprimento dessa profecia marxiana poderá ajudar Ricardo Araújo Pereira, um dos companheiros de viagem de Daniel Oliveira. Até agora, o “Livre” e o “3D” nada cozinharam de seu e só souberam apresentar receitas para outros cozinharem alguma coisa — entre os outros, naturalmente, o PS em lugar destacado. Quanto à sua própria legalização, como alternativa partidária, ainda falta aos dois movimentos suarem alguma coisa. Só depois veremos.

Quem entretanto chegou ao alvorecer de 2014 já legalizado foi o MAS (Movimento Alternativa Socialista). Fê-lo à segunda vez, depois de o Tribunal Constitucional ter recusado uma primeira dezena de milhares de assinaturas com o pretexto de se tratar de um partido anti-democrático. Aquilo que não fora invocado contra o PNR — já em tempos legalizado sem qualquer assinatura, à boleia

Mudar de Vida . Novembro-Dezembro 2013



do extinto PRD — constituiu obstáculo dos juízes constitucionais à legalização da corrente trotskista recentemente saída do BE.

A simpatia que merecem as vítimas de uma discriminação do TC não nos dá, por outro lado, garantias de que venham a utilizar de forma eficaz a legalidade arduamente conquistada. A corrente do MAS luta há vários anos para criar uma alternativa e não atingiu, até agora, os resultados pretendidos. Não é, nesse sentido, uma inovação nem garante apresentar alguma coisa de novo sob o sol. Por outro lado, seria injusto acusá-lo de já ter um historial e daí deduzir que não produzirá nada de novo: o BE também se criou a partir de correntes antigas e produziu uma novidade política inegável, que teve o seu desenvolvimento, posterior apogeu e actual declínio.

Para já, falta apurar que novidade real pode trazer o efervescente anúncio de novidades a marcar o novo ano. Fica-nos a certeza de que a sociedade se aproxima de um ponto de saturação e de ruptura, com um repúdio difuso mas generalizado pelo que é velho. O que as lutas sociais — elas sim — têm trazido de novo, como as grandes manifestações que derrotaram a primeira TSU, como as pequenas acções que lhes deram alguma continuidade — as “grandoladas” que ajudaram a derrubar ministros como Relvas e Gaspar —, essas têm sido as andorinhas que constantemente nos lembram o potencial para uma primavera dos cravos, quarenta anos depois da primeira, mais profunda, revolucionária e transformadora do que a primeira. Mas, por uma andorinha não fazer a primavera, continuará a ser necessária uma alternativa política.

António Louçã

Futuro zero

Em entrevista ao Público, o ministro da Economia, Pires de Lima, reconheceu ter perdido a batalha para baixar o IVA da restauração, por que se batera antes de ser ministro. Garantiu que gostaria de ter aumentado o salário mínimo e baixado o IRS, mas não pôde ser. E explicou que não se governa o país como se gere uma empresa.

Mas não foi ele que reclamou para a pasta da Economia alguém com prática empresarial, conhecedor “do país real”? Não defendeu ele o alívio da carga fiscal para “relançar” a economia?

Qual foi o muro contra o qual esbarraram as enérgicas propostas do gestor antes de ser ministro?

O próprio entrevistado se encarrega, talvez sem querer, de dar a resposta. A decantada retoma económica do país resume-se ao crescimento das exportações e à queda das importações por redução do consumo interno. Por isso, diz Pires de Lima, “vai demorar” até que as pessoas sintam “melhoria real”, porque “uma coisa é a recuperação das empresas, outra é a vida das pessoas”. Por isso, os que foram despedidos pela falência das empresas viradas para o consumo interno ficarão “desempregados durante muito tempo” (o resto da vida?). Por isso também, resta ao governo “preocupar-se” em assegurar “o mínimo de dignidade humana” a tais pessoas, a quem o ministro chama “os excluídos desta transformação económica”. O mínimo, portanto — tarefa de que se tem encarregado, como bem sabemos, o colega da Segurança Social.

Que futuro nos oferece este sistema económico? Zero.

Manuel Raposo

DITO

No modo de produção capitalista desenvolvido, pessoa nenhuma sabe onde acaba a honradez e onde começa a intrujice.

F. Engels,
A questão camponesa (1894)